

Versão Online

ISBN 978-85-8015-054-4

Cadernos PDE

VOLUME I

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

2009

EVASÃO ESCOLAR: UMA REALIDADE CONCRETA E ENFRENTAMENTOS POSSÍVEIS

VANDERLEI PIRATELLO¹

RESUMO

Este Artigo Científico é a síntese da investigação sobre a evasão escolar no sistema Educacional do Colégio Estadual “João Marques da Silveira – EF e M, em Quatiguá – PR., realizado com a Direção, Equipe Pedagógica, Professores, alunos, A.P.M.F., Grêmio Estudantil e Pais. A pesquisa constatou que as principais causas da evasão escolar nesta instituição são: desavenças com profissionais, a desmotivação dos pais e baixa auto-estima dos alunos. Este texto procura explicitar as conclusões sobre os estudos desenvolvidos, ou seja, as causas da evasão escolar, o que leva o aprendiz a desistir da escola. O texto também pretende mostrar algumas possibilidades de intervenção para combater a evasão, o que os professores podem fazer para mudar este contexto, ou melhor, esta realidade tão constante no cenário da educação brasileira. Pretende-se também mostrar quais as influências da avaliação, da violência nas escolas e quais as conseqüências que a evasão pode provocar na vida do cidadão. Assim este trabalho enfocou os problemas e as possíveis soluções à evasão escolar.

Palavras-chave: Educação; Evasão Escolar; Políticas Públicas.

ABSTRACT

¹ Professor da Rede Estadual de Educação, formado em Ciências Físicas e Biológicas com Habilitação em Matemática e pós-graduado em Educação em Matemática, pela UENP. Participante do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE – SEED-PR, turma 2009. Atua no Colégio Estadual João Marques da Silveira – EFM de Quatiguá-PR.

This Scientific Article is a synthesis of an investigation about scholar evasion in the Educational System of Colegio Estadual "João Marques da Silveira" - EF, in the city of Quatiguá - PR., which took place with its Directorate, Pedagogic Team, Teachers, Students Syndicate and parents. The research came to the conclusion that the main causes of the scholar evasion within this institution are: Upheaval among professionals, parent's lack of motivation, and pupil's low self-esteem. This text seeks to explain the conclusions over the study developed, or otherwise the causes of the scholar evasion, which make the apprentice to give up school. The text also intends to show some possibilities of the intervention to stop evasion, what teachers can do to change this context, or even better, this reality so common in the Brazilian educational scenario. This work also intends to show what are the values taken into consideration for evaluation, such as violence within the school and what are the consequences that scholar evasion can bring to the citizen's life. Thus this work focuses the problems and possible solutions for scholar evasion.

Key words: Education, Scholar Evasion, and Public Politics.

1. INTRODUÇÃO

A educação, segundo estabelece a Constituição (arts. 205 e 227), é um direito público subjetivo que deve ser assegurada a todos, através de ações desenvolvidas pelo Estado, família, com a colaboração da sociedade.

Quando trata especificamente do direito à educação, destinado às crianças e aos adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (art. 4º) o descreve como um dever da família, comunidade, sociedade em geral e do Poder Público.

Com estas normas, constata-se que a educação é um direito que tem seu fundamento na ação do Estado, compartilhada por todos, assim sendo, por força da Constituição Federal e do ECA, são parceiros necessários quando o tema é educação: Família, Escola, Conselho Tutelar, Conselho da Educação, Conselho da Criança e do Adolescente, Diretoria de Ensino, Secretarias de Educação, Assistência Social e Saúde, Universidades, Polícia Militar e Civil, Ministério Público e

Judiciário, que devem atuar de forma independente e harmônica (nos moldes dos poderes da União) ou num regime de colaboração mútua e recíproca, sendo que, dependendo de cada situação, podem atuar de forma direta ou indireta, para garantir a educação. A atuação conjunta não tem o condão de afastar a autonomia da escola, mas deixa evidente que as ações tomadas no âmbito escolar são passíveis de controle e questionamentos.

Dentro desse contexto, pode-se notar que, entre os vários problemas que afligem a educação, a evasão escolar e a reiteração de faltas injustificadas, apresentam-se como um grande desafio àqueles que estão envolvidos com o referido direito.

Apesar de todas as discussões, propostas e metas e programas desenvolvidos no País, a evasão escolar ocupa ainda espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação.

Apesar dos avanços e transformações conquistadas a educação pública brasileira ainda possui registros altíssimos de evasão escolar, o abandono da escola pelo aluno, ao lado da repetência, é considerado um dos principais problemas da educação brasileira. Outras causas também podem determinar a evasão escolar como: escola não atrativa, professores despreparados, alunos desinteressados, alunos com problema de saúde, gravidez precoce, pais irresponsáveis, desinteresse em relação aos filhos, trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência, drogas, etc.

Resumindo, a educação não é um direito cuja responsabilidade é imposta exclusivamente a um determinado órgão ou instituição, ou seja, é um direito que tem seu fundamento na ação do estado e do município, mas que é compartilhada por pela família, comunidade e sociedade em geral.

2. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

2.1 - HISTÓRICO DA EVASÃO

Em todos os tempos da história da humanidade e da educação, a partir do momento que passaram a existir escolas nas suas diferentes modalidades, houve alunos que abandonaram os estudos. Alguns voltaram no ano seguinte, outros mais tarde e muitos não voltaram mais. Este fenômeno histórico acentuou-se cada vez mais, na medida em que a população aumentou e a educação se tornou acessível a um maior número de pessoas, atingindo as classes populares, e assumindo a forma do que hoje se conhece como Evasão Escolar.

Diante do exposto verifica-se que os problemas educacionais do Brasil não serão resolvidos através da importação de projetos bem sucedidos de outros países. Ao contrário, torna-se necessário que os dirigentes considerem a educação como uma necessidade básica para o desenvolvimento do País. Nesta perspectiva é indispensável a organização de uma política educacional destinada a propiciar uma educação de qualidade para todos, independente de suas condições socioeconômica.

Isso significa dizer que não se pode adotar medidas isoladas, tais como: merenda escolar, distribuição de livros didáticos, TV escola, etc..., para amenizar este problema.

É imprescindível que a política educacional tenha como princípio básico o oferecimento de um ensino sério, o qual exija que a escola conheça o mundo do educando, atentando-o a partir de suas reais necessidades e diferenças inerentes ao homem enquanto ser ontológico. MOYSÉS afirma que:

(...) O Brasil, como os demais países da América Latina, está empenhado em promover reformas na área educacional que permitam superar o quadro de extrema desvantagem em relação aos índices de escolarização e de nível de conhecimento que apresentam os países desenvolvidos (...). (MOYSÉS 1995, p. 35)

O termo “Educação para Todos” não é sinônimo de construção de escola, portanto não basta ampliar o número de vagas da rede de ensino. De um lado as pesquisas mostram que o Brasil, do ponto de vista quantitativo, já universalizou o acesso a escola. Mas, de outro lado, com sua estrutura elitista e discriminadora, não está preparada para atender aos filhos dos trabalhadores, na medida em que não respeitam as experiências sócio-culturais destes indivíduos. Assim sendo, vêm

expulsando regularmente as crianças do interior da escola e jogando-as no mundo da marginalidade.

A estrutura elitista existente na escola se materializa através da linguagem, do livro didático, da dominação simbólica, da representação dos mestres, dos currículos padronizados, dos métodos de ensino, etc... Mesmo porque:

“(...) considerando que a escola não exerce necessariamente a violência física, mas sim a violência mediante forças simbólicas, ou seja, pela doutrinação que força as pessoas a pensarem e a agirem de determinada forma, sem perceberem que legitimam com isso a ordem vigente.” (ARANHA: 1993. p. 40).

Percebe-se então que a educação brasileira apresenta problemas extra-escolares relacionados à infra-estrutura e organização institucional, fruto de uma indefinição política para operar efetivamente novas mudanças nos pilares de sustentação das políticas para a educação nacional. No que se refere aos fatores intra-escolares, encontramos problemas relacionados à dimensão pedagógica tais como: professores mal preparados e mal remunerados, os currículos alheios à realidade do educando, pois não leva em consideração as exigências dos novos tempos.

Estes são alguns dos motivos que fazem com que no Brasil, 8 (oito) milhões de crianças, como na falava de Paulo Freire: sejam “proibidas de estudar”, apesar da Constituição Federal, garantir a todos o direito ao ensino público e gratuito, independente da idade.

Verifica-se, portanto, que apesar de se estar vivendo na era da informática, temos uma grande parcela da população que permanece excluída do mais elementar dos direitos do cidadão: comunicar-se através dos códigos da leitura e da escrita. Esta constatação mostra a contradição de uma sociedade que tem um avanço veloz no plano científico e tecnológico e, ao mesmo tempo apresenta uma média de 1,6 de analfabetos, sem condições de usufruírem destes benefícios. Ou seja, é uma sociedade duplamente discriminadora por não possuir elementos necessários ao uso dos avanços da ciência. O avanço tecnológico deve caminhar em conjunto com a humanização do homem e da mulher, pois: “Não podemos

perder a batalha do desenvolvimento, assim como, não podemos perder a batalha da humanização do homem brasileiro.” (FREIRE: 1990)

Estas são algumas características de uma sociedade marcada fortemente pela dependência, subdesenvolvimento, instabilidade política e constantes crises econômicas, geradoras de uma dívida social que é acentuada pelas peculiaridades regionais que denotam contradições econômicas muito fortes, tornando o País beneficente de uma minoria que concentra grande parte da renda em detrimento da maioria que vive em condições precárias em todas as dimensões.

Esta divergência é responsável pelos desníveis sócio-econômicos encontrados na sociedade, onde uma minoria vem usufruindo dos bens produzidos pelo homem e a maioria fica excluída às condições básicas de sobrevivência, entre elas o acesso ao saber sistematizado.

O fenômeno da evasão escolar é conceituado como o abandono da escola pelo aluno durante o ano letivo, antes da conclusão de uma série e conseqüentemente, de um curso. Trata-se de uma verdadeira ameaça ao processo educacional de muitos países do mundo, tendo no Brasil um dos campeões desta perversa situação (QUEIROZ, 2004).

A evasão escolar está dentre os temas que historicamente faz parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira e que infelizmente, ainda ocupa até os dias atuais, espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular. Em face disto, as discussões acerca da evasão escolar, em parte, têm tomado como ponto central de debate o papel tanto da família quanto da escola em relação à vida escolar da criança. No que tange à educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu percurso sócio-educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (1997:2), é bastante clara a esse respeito. *Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho* (QUEIROZ, 2004).

Ainda hoje, por falta de melhores condições diretas, de coordenação da educação com trabalho conjunto, onde deveriam atuar os três âmbitos de governo, mais a sociedade civil organizada e a própria comunidade, a evasão escolar permanece desafiando a todos e causando prejuízos incalculáveis, a todos. A

educação é um investimento, cujo retorno é a aprendizagem e a promoção do aluno até a conclusão do grau de estudo no qual se encontra matriculado.

Alguns aspectos fundamentais, com dados mostrados por órgãos nacionais e internacionais, apontam as questões da educação no Brasil como trágica, principalmente no que refere à corrupção que atinge diretamente o orçamento destinada à educação. No Brasil enfrenta-se, ainda, um outro desafio com relação à corrupção. Dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento, publicados em 1989, mostram que de cada 100 cruzeiros (moeda da época) investidos na área de educação, apenas 30 chegam de fato às salas de aula (SILVEIRA, 1993, p. 21).

A evasão escolar é um problema crônico em todo o Brasil, sendo muitas vezes passivamente assimilada e tolerada por escolas e sistemas de ensino, que chegam ao cúmulo de admitirem a matrícula de um número mais elevado de alunos por turma do que o adequado já contando com a "desistência" de muitos ao longo do ano letivo. Como resultado, em que pese a propaganda oficial sempre alardear um número expressivo de matrículas a cada início de ano letivo, em alguns casos chegando próximo aos 100% (cem por cento) do total de crianças e adolescentes em idade escolar, de antemão já se sabe que destes, uma significativa parcela não irá concluir seus estudos naquele período, em prejuízo direto à sua formação e, é claro, à sua vida, na medida em que os coloca em posição de desvantagem face os demais que não apresentam defasagem idade-série (DIGIÁCOMO, 2005).

Na verdade, os problemas são muitos e todos desafiantes. Tudo que se analisa em termos de educação, conduz a uma visão de que não há muito em termos de esperanças de solução dos mesmos a médio e curto prazo. Precisa-se fazer alguma coisa. Há medidas estão sendo tomadas e implementadas. Atualmente, o governo informa que está atacando o problema da educação de modo geral. A iniciativa de descentralizar a merenda escolar, por exemplo, tem favorecido muito a manutenção do aluno na escola, mesmo que apenas para se alimentar. Os recursos são enviados aos municípios que são aplicados em merenda. Os Conselhos Municipais de Alimentação Escolar tem dado sua contribuição no atendimento e fiscalização dos investimentos. Esta nova realidade vem contribuindo amplamente para garantir que as políticas públicas sejam implementadas, contribuindo, assim, para que as condições de acesso e permanência na escola

sejam mais efetivas. Tais políticas têm dado algum resultado, e o resultado, mesmo lento, têm aparecido constantemente nas cifras oficiais.

Dados de 1993 mostram algumas cifras um tanto alarmantes, que, muitas vezes, não se sabe como fazer para resolver em tempo de salvar o país da falência total em todos os sentidos, como confirma Silveira (1993): pois queiram ou não, os componentes da classe dominante adorariam que tudo se mantivesse como está para se manterem no poder, e, a educação o sustentáculo do desenvolvimento de qualquer país do mundo. A educação básica está abrindo falência em todo o país. Acumula um déficit de 3,5 milhões de alunos de 14 a 17 anos, que passaram sete, dez e até 15 anos nos bancos escolares e saíram levando consigo apenas um atestado de incompetência. Alunos que trocaram os estudos pelo trabalho irregular e escasso e somam ao lado de outros tantos brasileiros que década após década, são expulsos pelo sistema escolar antes de completarem pelo menos quatro séries do ensino fundamental obrigatório. Junto àqueles que nunca pisaram uma escola, formam, hoje, um batalhão de aproximadamente, 70 milhões de pessoas (SILVEIRA 1993, p. 20).

Mesmo se hoje há um avanço nas políticas públicas, muita coisa não é tão diferente como apresentado por Silveira em 1993. Sempre que se busca conhecer o que está acontecendo, se encontra dados que representam um impacto inicial e demonstram que será difícil resolver os problemas causadores dos mesmos. Mudar esta realidade é uma necessidade, se realmente há interesse em realizar o desenvolvimento nacional. Não há desenvolvimento sem educação. Enquanto milhões de brasileiros evadem das escolas de ensino tornando-se presas fáceis para o subemprego, o desemprego total, a marginalidade, a violência, a dependência do assistencialismo, que quase sempre redundam em objeto dos interesses eleitoreiros. Aliás, há fortes indícios de que os governos, ao longo da história, nunca se interessaram em combater realmente a evasão escolar, juntamente com o analfabetismo, porque uma população educada deixaria de votar na maioria dos políticos brasileiros que se candidatam a algum cargo nos diferentes âmbitos do poder (SILVEIRA, 1993). Mas, para se conhecer realmente esta questão, é necessário que se trabalhem alguns aspectos fundamentados no conhecimento e na proposta de solução para esse desafio.

2.2 CAUSAS DA EVASÃO

É grande o problema da evasão, especificamente dos alunos matriculados em escolas de periferias, rurais ou mesmo aquelas melhores localizadas, mas que se encontram nas regiões do País, onde as condições de vida deixam muito a desejar como em partes do Norte-Nordeste do Brasil (PINTO, 1982).

Na verdade, muitas são as causas da evasão escolar. Tendo como ponto de partida a questão econômico-social, pelo fato de não haver uma responsabilidade educacional, por parte daqueles que se responsabilizam pelo governo, em seus diferentes âmbitos (PINTO, 1982). Algumas destas causas são fixas, portanto, crônicas. Segundo Pinto (1982) outras causas vão surgindo com o correr do tempo e as transformações criam oportunidades para que elas se transformem em um sério problema para toda a sociedade tais como:

- * cansaço natural dos alunos, impedindo freqüência regular e atenção às aulas;
- * falta de professores devidamente especializados para o ensino aos alunos;
- * falta de material didático variado e ajustado aos interesses e necessidades do aluno;

No entanto, levando-se em consideração os fatores determinantes da ocorrência do fenômeno, pode-se classificá-las, agrupando-as, da seguinte maneira:

* *Escola*: não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação, etc.

* *Aluno*: desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez, etc.

* *País/responsáveis*: não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos, etc.

* *Social*: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangues, etc.

Estas causas, como já afirmado, são concorrentes e não exclusivas, ou seja, a evasão escolar se verifica em razão da somatória de vários fatores e não necessariamente de um especificamente. Detectar o problema e enfrentá-lo é a melhor maneira para proporcionar o retorno efetivo do aluno à escola (PEREIRA, 2003). Trata-se de uma tarefa complexa, posto que para detectar tais causas, há

diversos interesses que camuflam a real situação a ser enfrentada. Com efeito, ao colher informações juntos aos professores e/ou diretores, muitos apontarão como causa da evasão as questões envolvendo os alunos. Estes por sua vez, apontam como motivo a própria escola, quando não os professores diretamente, entre outras causas. Há uma troca de “acusações”, quanto aos motivos determinantes da evasão. O importante é diagnosticar o problema para buscar a solução, já que para cada situação levantada existirá um caminho a ser trilhado.

A despeito disto, o que se observa é que, a educação não tem sido plena no que se refere ao alcance de todos os cidadãos, assim como no que se refere à conclusão de todos os níveis de escolaridade. Em seu lugar, o que se vê é que cada vez mais a evasão escolar vem adquirindo espaço nas discussões e reflexões realizadas pelo Estado e pela sociedade civil, em particular, pelas organizações e movimentos relacionados à educação no âmbito da pesquisa científica e das políticas públicas. Vários estudos têm apontado aspectos sociais considerados como determinantes da evasão escolar, dentre eles, a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, a desnutrição, a escola e a própria criança, sem que, com isto, eximam a responsabilidade da escola no processo de exclusão das crianças do sistema educacional (QUEIROZ, 2004).

Na verdade, para todo e qualquer tipo de evasão escolar, é possível listar e comentar um elenco bastante grande que perfaz as causas do mesmo, todas com origem fundamentada na questão econômico-social, onde predomina a disposição das autoridades em não educar, e sim, alienar. Evadir faz parte desta ação (PINTO, 2004). O autor destaca com maiores detalhes, alguns pontos que são as causas mais freqüentes da evasão escolar, no caso do Brasil, são eles:

- Instabilidade sócio-econômica. No caso do Brasil, parcela significativa da população ainda sobrevive abaixo da linha da miséria esta instabilidade econômico-financeira, que, na maioria dos casos, desestimula o aluno a se manter na escola. Mesmo aqueles alunos que necessitam permanecer na escola por causa da merenda, faltam-lhes ainda, condições para se vestir normalmente, terem o material escolar necessário e por suas condições sócio-familiares, em geral, não têm estabilidade emocional e ânimo para aprender os conteúdos que lhes são colocados como opção.
- Instabilidade na fixação de moradia. Parcela significativa dos alunos evasores das escolas brasileiras, são filhos de famílias que se deslocam

constantemente de uma parte para outra em busca de empregos ou meios para a sobrevivência. Às vezes o aluno tem até boas condições de aprendizagem e está indo bem na escola. A família precisa mudar e não tem destino certo, portanto, não levam transferência. E quando acontece de pedir a transferência, é comum ocorrer de o aluno não ter condições normais de adaptação com a nova escola.

- Necessidade de ajudar financeiramente a família. Nas regiões agrícolas onde ainda é possível utilizar-se da mão-de-obra infantil e adolescente, em épocas de colheita, têm ocorrido altos índices de evasão escolar. As famílias não podem abrir mão do pouco que o aluno poderá contribuir para a manutenção da casa. Os pais retiram os filhos da escola e aproveitam a força de trabalho que vai reforçar o orçamento familiar.

- Dificuldades de aprendizagem. Parcela significativa dos alunos e adolescentes que evadem da escola e agem desta forma, porque não consegue aprender os conteúdos que lhe são ensinados. O desânimo toma conta destes alunos e, mesmo que alguns deles se esforcem, o destino mais certo é a desistência.

- Falta de condições adequadas das escolas. Grande número de escolas brasileiras se encontra em condições pedagógicas inadequadas para funcionamento. Inclusive a ausência de motivação por parte de muitos alunos que evadem da escola, pode ter origem nesta deficiência do espaço físico. Salas, carteiras, sanitários, refeitórios, locais adequados ao bom desempenho da educação, podem contribuir para a boa aprendizagem, a motivação e a conservação do aluno na escola.

- Condições dos materiais didáticos. A maioria das escolas brasileiras não está adequadamente equipada para garantir um bom desempenho dos alunos no processo ensino-aprendizagem. Livros, bibliotecas, materiais para ilustração de uma aula, instrumentos eletrônicos. Em muitas escolas falta até giz, além de carteiras e todos os elementos que podem dar melhores condições para despertar interesse no aluno.

- Condições dos professores. Em grande parte do Brasil, a situação dos professores não motiva trabalhar. É preciso que se valorize aquele que vai ensinar as novas gerações. Os salários, as condições de trabalho, são péssimas.

- A metodologia de ensino. O condicionamento a determinados métodos de ensino pode contribuir para desmotivar o aluno e levá-lo a abandonar a escola, já que não consegue entender e aprender a partir do que lhe é colocado.

- Métodos de avaliação. O sistema tradicional de avaliação tem criado dificuldades de aproveitamento das potencialidades dos alunos e, por conseguinte, colocado em dúvida a eficiência da educação. Muitos são os alunos que têm até boas condições de aprendizagem, mas o fato de não alcançarem notas nas avaliações que lhes são aplicadas, sentem o fracasso e abandonam a escola antes de serem declarados incompetentes, reprovando-se.

- Finalmente, pode-se, ainda incluir como causa da evasão escolar, a localização das escolas em relação à moradia do aluno e a ausência de condições de pagar os meios de transportes todos os dias e a inexistência destes gratuitamente para o transporte escolar e ainda a falta de motivação que tem por base a ausência de perspectiva.

Pelo que se pode observar os pontos negativos da evasão escolar concentram no custo de um investimento em educação que não tem o retorno desejado, que seria os alunos alcançarem níveis educacionais maiores. Com este problema vem o desemprego e por sua vez a violência. Os pontos positivos, se é que eles existem, poderão ser vistos a partir da luta das últimas décadas em busca de estratégias para não permitir a evasão dos alunos.

A evasão escolar que, não é um problema restrito apenas a algumas unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro, assim como as questões do analfabetismo e da não valorização dos profissionais da educação expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho. Devido a isto, educadores brasileiros, cada vez mais, vêm preocupando-se com as crianças que chegam à escola, mas, que nela não permanecem (QUEIROZ, 2004).

A verdade é que muitos dos alunos evadidos nunca mais voltam à escola. O que poderia ser um profissional preparado se continuasse nos bancos escolares, vai ser um trabalhador sem qualificação, com baixos salários ou ainda pior, um marginal, um desempregado a mais, na vida adulta, pois não encontra trabalho pelo fato de não ter se preparado. Entretanto, há casos que não chegam a esta situação.

Alguns evasores das escolas voltam a estudar, fazem um curso supletivo, quando evadem do ensino regular. Ou então procuram outros meios de aprender alguma coisa para trabalharem e produzirem o suficiente para uma vida, embora modesta e honesta.

As conseqüências da evasão escolar podem ser sentidas com mais intensidade nas cadeias públicas, penitenciárias e centros de internação de adolescentes em conflito com a lei, onde os percentuais de presos e internos analfabetos, semi-alfabetizados e/ou fora do sistema de ensino quando da prática da infração que os levou ao encarceramento margeia, e em alguns casos supera, os 90% (noventa por cento). Sem medo de errar, conclui-se que é a falta de educação, no sentido mais amplo da palavra, e de uma educação de qualidade, que seja atraente e não excludente, e não a pobreza em si considerada, a verdadeira causa do vertiginoso aumento da violência que nosso País vem enfrentando nos últimos anos. O combate à evasão escolar, nessa perspectiva, também surge como um eficaz instrumento de prevenção e combate à violência e à imensa desigualdade social que assola o Brasil, beneficiando assim toda a sociedade (DIGIÁCOMO, 2005).

Assim sendo, entende-se que as atenções se voltam muitas vezes, no momento de uma análise do problema, para as condições do aluno. Na verdade a quase totalidade deles é vítima de um sistema de concentração de rendas, de exploração do trabalho com salários insuficientes para que a vida possa ser realmente digna.

2.3 COMBATENDO A EVASÃO ESCOLAR

Segundo Maria Maura Gomes Barbosa, coordenadora pedagógica do Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária (Cedac) e consultora de NOVA ESCOLA GESTÃO ESCOLAR:

o acompanhamento da frequência é necessário para que a escola possa atender com qualidade e equidade, planejar e organizar a formação e a atribuição das classes e organize as salas e para que o gestor tenha elementos para analisar adequadamente o movimento na instituição e o andamento do processo de ensino e aprendizagem dos alunos". (BARBOSA, apud REVISTA ESCOLA, s/d)

O problema do abandono dos estudos e da evasão preocupa os educadores e responsáveis pelas políticas públicas. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a evasão atinge 6,9% no Ensino Fundamental e 10% no Ensino Médio (3,2 milhões de crianças e jovens, segundo dados de 2005). São mais 2,9 milhões (dados de 2007) que abandonam as aulas num ano e retornam no seguinte, engrossando outro índice preocupante: o da distorção idade e série. (REVISTA ESCOLA, s/d)

As ações de combate à evasão devem ser aplicadas na escola o ano inteiro, como os procedimentos para o acompanhamento da frequência que é necessário estarem contemplados no projeto político pedagógico e na pauta de discussão com o corpo docente nas reuniões de planejamento, e seja feito diariamente, ou seja, a tradicional chamada, que os educadores devem fazer em todas as aulas. "Chamar os alunos pelo nome também é uma das formas de construir vínculos e dar identidade ao grupo", conforme Maura (apud LOPES, s/d), sendo para que isso aconteça, é necessário ter, desde o primeiro dia de aula, planilhas completas com os nomes de todos os alunos, preparadas pela secretaria da escola, precisando ser analisadas regularmente pela equipe de funcionários da educação da escola. Desta forma, tem-se uma boa ferramenta para observar a rotatividade na escola, que está presente desde o começo do ano, e traçar estratégias para lidar com ela.

Outra ação importante é a realização e análise do Censo Escolar Anual, onde é preenchido as tabelas com dados de aprovação, reprovação e movimento escolar solicitadas anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). "Depois que essa tarefa termina", aponta Maura, "é preciso continuar buscando medidas para acompanhar a presença dos estudantes, trabalhando sempre para conservar ou aumentar o número de crianças e jovens com acesso à Educação".

Tal análise permite, à direção da escola, detectar os problemas de origem pedagógica, isto é, existem casos de alunos que deixam de ir à escola porque apresentam um desempenho ruim e há também aquelas que, no extremo oposto, evadem ou abandonam os estudos por não se sentirem desafiadas e estimuladas. Tais situações requerem a parceria com o coordenador pedagógico e, por vezes, a implantação de projetos de formação que auxiliem o professor a ensinar para todos.

O corpo docente também pode se unir lançando mão de conversas com a comunidade, cartazes, visitas às famílias e meios de comunicação disponíveis na

cidade para dar um fim feliz às histórias de abandono e evasão, sendo essas formas de chegar até as famílias do entorno e mostrar a elas que a escola se preocupa com os seus filhos, podendo se recorrer também ao Conselho Tutelar, que pode entrar em contato com as famílias garantindo que os direitos de crianças e adolescentes sejam cumpridos. Enfim, há uma diversidade de sujeitos que podem contribuir na análise e busca de solução do problema, como afirma Pereira:

Que a escola, a família, a comunidade, a sociedade em geral e o Poder Público são responsáveis pela formação e que a evasão escolar constitui uma negação desta formação. Somente será garantida a educação se o problema da evasão escolar for “enfrentado de forma articulada, com vista a sua gradual redução” (PEREIRA, 2003).

A evasão escolar é muito complexa se relacionando com outras importantes questões da pedagogia, como as formas de avaliação, a reprovação escolar, o currículo e as disciplinas escolares. Igualmente, é necessário atacar em duas frentes: a primeira, de ação imediata que busca resgatar o aluno "evadido", e a segunda de reestruturação interna que implica na discussão e avaliação das diversas questões enumeradas acima. Por outro lado, em parceria com o poder judiciário, é primordial realizar campanha de esclarecimento da comunidade, mostrando que o estudo formal é um direito e obrigação da criança e do adolescente e que, o pai ou responsável pode, inclusive responder "processos por abandono intelectual" quando seus filhos evadem dos bancos escolares. Com os Conselhos Tutelares, é necessário realizar projetos de complementação de renda e acompanhamento psicológico. (CALDAS, 2006)

Os órgãos competentes podem realizar visitas nas escolas, reuniões com professores, visitas às residências de alunos com número elevado de faltas, divulgação na mídia dos trabalhos de combate a evasão escolar, contato permanente com o poder judiciário (vara da infância e da juventude) e Conselhos Tutelares, podendo também, definir estratégias de combate à evasão escolar específicas para cada comunidade. (CALDAS, 2006). Em outra frente, pode tornar a escola mais agradável e atrativa e o currículo mais próximo das necessidades dos alunos e de suas famílias.

Enfim, o conjunto destas políticas propicia a manutenção das crianças e adolescentes no contexto escolar, pois o acompanhando dos alunos, o envolvimento responsável dos gestores públicos, dos educadores, das famílias, possibilita que a escola seja um espaço de educação de cidadãos livres, conscientes, e que o tempo passado ali é fundamental para o crescimento individual e social do educando.

3. RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto “Gestão Democrática e Evasão Escolar: um compromisso de toda a comunidade escolar” foi aplicado no Colégio Estadual “João Marques da Silveira, EF e M na cidade de Quatiguá-PR tendo como público alvo a Direção, Equipe Pedagógica, Professores, alunos, A.P.M.F., Grêmio Estudantil e Pais.

No primeiro momento, foi realizada uma palestra no Colégio Estadual João Marques da Silveira, EFM de Quatiguá, reunindo equipes diretivas, professores, alunos, pais e responsáveis, com objetivo específico de divulgar o projeto e enfatizar a importância de combater a evasão escolar.

A palestra foi bem vinda, notei que todos concordaram que devemos tomar providências, os pais ficaram atentos as suas responsabilidades, e os professores concordaram com o projeto.

No segundo momento, pesquisei em conversa junto aos professores questionando as ações estabelecidas na escola para o combate a evasão, procurando saber como estão fazendo para levantar os dados sobre a evasão escolar, os mesmos relataram que fazem a chamada, notando a falta de alunos logo no início das aulas.

No terceiro momento, procurei estabelecer novas alternativas pedagógicas que tenham como objetivo diminuir os índices de evasão, contanto para este trabalho com a comunidade escolar desenvolvendo as seguintes atividades:

Apresentação e estudo do material didático, isto é, caderno temático, produzido no segundo período do programa, composto por textos abrangendo temas sobre a evasão escolar;

- reuniões mensais com a direção e equipe pedagógica, analisando os índices de evasão e possível reversão do problema;

- encontro com pais de alunos, para discutir e esclarecer a importância da permanência de seus filhos na escola, mesmo com toda a dificuldade;

- reuniões com os professores para discussão dos problemas que estão acarretando o grande número de alunos evadidos, nesta escola.

Realizei reuniões com a direção e equipe pedagógica, onde notei que realmente a evasão é muito grande, também conversei com os pais dos mesmos para esclarecer a importância da permanência de seus filhos na escola e prometeram ajudar no que for possível.

No quarto momento, procurei verificar se a escola vem despertando o interesse dos alunos no processo ensino/aprendizagem;

Nesta etapa percebi que alguns profissionais deixam a desejar no tratamento com os alunos, são coisas que conversando pode haver mudanças, e com cursos de ação continuada, isto pode melhorar com o tempo.

No quinto momento, procurei verificar se a escola e seus educadores vêm oferecendo respostas para as ansiedades e dúvidas de seus aprendizes;

Como os educandos na sua maioria são adolescentes, fica mais difícil de sanar suas dúvidas, nem todos tem paciência, mas também é preciso prática para lidar com esta etapa da vida dos jovens.

No sexto momento, procurei conscientizar os pais ou responsáveis e alunos à importância dos estudos e sua formação para a vida profissional e também

quanto às penalidades previstas em Lei pela não permanência de seus filhos na escola, ou seja, abandono intelectual.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo entender o fenômeno da evasão escolar e abrir possibilidades de solução. A conclusão que chegamos é que a educação, quando tratada sob o ideário da legislação, está muito distante da realidade vivida por grande parte das escolas e dos alunos. Pode-se afirmar isso, porque há uma grande contradição entre a legislação que estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da Família, é um direito fundamental assegurado à criança e ao adolescente, e, por outro lado, a sociedade que vive e produz a lógica da exclusão, da desigualdade sócio-econômico-educacional. Se, por um lado fala-se de políticas públicas para oferecer condições de existência a todos os cidadãos, por outro lado, tais políticas são discriminatórias, mediante desvios de recursos, por oportunistas corruptos, direcionadas e utilizadas para atender conveniências privatistas e corporativistas de uma minoria abastada da sociedade, em detrimento da grande maioria em situação de precariedade.

Porém, é neste quadro caótico e contraditório que fica patente a prioridade do envolvimento de todos aqueles que se sentem comprometidos à uma educação universal, gratuita, de qualidade, para encurtar a distância entre o que diz a legislação e a realidade, sendo uma das frentes de ação, o combate à evasão escolar, para garantir a formação do cidadão e sua inserção na sociedade, de modo a contribuir para a sua transformação.

Gestores públicos, escola, família, comunidade, sociedade civil em geral são co-responsáveis pela formação educacional da criança e do adolescente, sendo certo que a evasão escolar constitui uma negação desta formação. O princípio da prioridade absoluta, constitucionalmente garantido quanto à educação, somente será cumprido, quando o problema da evasão escolar for enfrentado de forma articulada, com vista a sua gradual redução e condições de solução.

REFERÊNCIAS

BRASIL, O Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990.

CALDAS, Eduardo de Lima. Combatendo a evasão escolar. Publicado em 18/05/2006. Santa Maria – RS. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/formacao/pt-no-parlamento/combateendo-evasao-escolar>>. Acesso em: 23 de abr de 2011, às 15 horas e 30 min.

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA. **República Federativa do Brasil**, 1998.

DIGIÁCOMO, Murillo José (2005). **Evasão escolar: não basta comunicar e as mãos lavar.** Disponível em: www.mp.mg.gov.br.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.,

LOPES, Noêmia. Como combater o abandono e a evasão escolar. (gestao@atleitor.com.br). Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/como-combater-abandono-evasao-escolar-falta-alunos-abandono-acompanhamento-frequencia-551821.shtml?page=1>>. Acesso em: 23 de abr de 2011, às 16 horas e 11 min.

MOYSÈS, Lúcia. **O desafio de saber ensinar.** São Paulo: Papirus, 1995.

QUEIROZ, Lucileide Domingos (2004) **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escola.** Disponível em: www.anped.org.br.

REVISTA ESCOLA. Como combater o abandono e a evasão escolar. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/como-combater-abandono-evasao-escolar-falta-alunos-abandono-acompanhamento-frequencia-551821.shtml>>. Acesso em: 23 de abr de 2011, às 16 horas e 09 min.

SILVEIRA, Elisa. **O grande desafio brasileiro. Momento legislativo**, ano 3, nº 31, São Paulo, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990., **Pedagogia da autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

QUADROS, Marivete Bassetto de. **Monografias, dissertações & cia: caminhos metodológicos e normativos.** Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Editora Viena, 2006.